

Métodos poderão sofrer mudanças

Rio — O Governo quer definir com o Fundo Monetário Internacional (FMI) modificações no programa econômico. A proposta brasileira é transformar o superávit primário (receita menos despesas, inclusive financeiras) em meta de desempenho econômico. O acordo assinado em janeiro prevê que a meta de desempenho é o resultado do déficit operacional, que exclui o efeito da inflação e da correção cambial nas contas públicas, e classificou o superávit de caixa apenas como meta indicativa. Ou seja, se não for cumprida, não impede a continuidade do programa.

Esta alteração no acordo está sendo discutida pela equipe econômica a partir de uma constatação simples: o governo está convencido de que o aumento da arrecadação observado desde o final de abril se repetirá nos próximos meses. Assim, fica assegurada a obtenção do superávit primário de Cr\$ 14,8 trilhões no primeiro semestre, negociado com o Fundo Monetário, como confirmou o secretário de Planejamento, Pedro Parente.

O cumprimento da meta para o resultado operacional, no entanto, é uma incógnita para a equipe econômica. No primeiro trimestre, o Governo deveria realizar um déficit operacional de apenas Cr\$ 5,6 trilhões e as contas agora comprovam que o Governo estourou a meta e gerou um déficit de Cr\$ 8,5 trilhões. E as possibilidades de fechar o semestre com um déficit de Cr\$ 11,4 trilhões são praticamente impossíveis, como admitem os negociadores.

Hoje o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ressaltou as previsões otimistas da equipe econômica. "Existe uma recuperação notável da arrecadação nas últimas semanas, a partir de abril e principalmente em maio", comemorou. Na reunião de conjuntura realizada na tarde de quinta-feira no Ministério da Economia, o ministro recebeu os números preliminares sobre a arrecadação de junho, que comprovam uma melhora significativa no ingresso de recursos no caixa do Governo Federal.